

Herança de Collor desafia o novo governo

■ Equipe econômica assume com inflação de mais de 1.000% ao ano, dívida pública de 18% do PIB e déficit no orçamento

CONSUELO DIEGUEZ

O governo Itamar Franco, que começa a governar para valer a partir de amanhã, encontra um quadro econômico desolador: inflação de mais de 1.000% ao ano; dívida pública de 18% do PIB, próxima a deixada pelo governo Sarney; um orçamento para 1993 que não fecha — as despesas são maiores que a receita; uma brutal recessão, que criou capacidade ociosa na indústria de cerca de 40% e aumentou significativamente o desemprego. De positivo o governo pode contar com reservas cambiais estáveis, um acordo da dívida bem encaminhado e preços alinhados.

Com esse cenário, as margens de manobra do novo ministro da Economia e Fazenda, Gustavo Krause, para reduzir a inflação são muito pequenas, como admitem economistas, empresários e banqueiros. Não pode baixar juros rapidamente, para não provocar fuga dos ativos financeiros e aumento de preços, mas também não pode manter a política recessiva de Marílio. Não pode contratar novas obras porque não tem recursos e só fecha um acordo definitivo com os bancos caso promova o ajuste fiscal que permita o aval do FMI.

Desatar esse nó não é tarefa fácil. Mas existe um consenso entre os agentes econômicos de que a principal condição para o novo governo dar certo é não cair em tentação de crescimento imediato ou de redução drástica da inflação de uma só tacada, através da adoção de choques econômicos. "Isso seria um desastre total. Os ganhos seriam apenas de curto prazo e inviabilizariam o resto do governo Itamar", avalia o economista Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e ex-assessor do ministro Bresser Pereira. O empresário Alfredo Laufer, coordenador do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE) também está convencido de que choques só gerariam mais desconfiança.

Reforma fiscal — A avaliação geral é de que o novo governo tem que agir rápido para aprovar uma reforma fiscal de emergência, que viabilizaria o aumento das receitas da União, ao mesmo tempo que criaria expectativas favoráveis. "O governo agora tem jogar com expectativas em razão da pouca margem de manobra que possui para baixar a inflação", afirma Nakano. O economista Carlos Langoni, da FGV do Rio, acredita que o sucesso do governo irá depender da velocidade em que for aprovada a reforma fiscal.

Além disso, Langoni considera que, em razão do forte apoio parlamentar que possui, Itamar Franco poderia ir mais longe e aproveitar para criar o Banco Central independente, já que existe um projeto pronto da Comissão de Finanças do Congresso. "O Banco Central independente seria a garantia de que o governo não gastaria mais do que arrecada."

Pressões — A opinião dos economistas é que o governo agora tem que resistir às pressões de políticos para aumentos de gastos e crescimento rápido. "Querer reativar a economia antes de reduzir a inflação será um pecado mortal. De nada adiantará baixar juros sem antes se fazer um ajuste fiscal. O resultado será explosão dos preços como no Plano Cruzado", prevê José Júlio Sena, do Banco da Bahia.

José Márcio Camargo, economista da PUC do Rio, acha que o fundamental é uma reforma fiscal que aumente a velocidade da descentralização das despesas e não uma reforma que concentre mais recursos na União. Quanto a taxa de inflação, os economistas se dão por satisfeitos se o governo mantiver o índice nessa faixa de 20% até que as reformas introduzidas comecem a surtir efeito. "Manter esse nível de inflação é um ganho no curto prazo. Sem a adoção de choques e com as reformas institucionais e o ajuste fiscal, a tendência será a redução dos preços e a retomada sustentada do desenvolvimento", diz Camargo.

"O sucesso do governo depende da rapidez de aprovação da reforma fiscal"

CARLOS LANGONI

